

*O clero, a Inconfidência Mineira e a historiografia:  
a circulação das idéias de Rocha Pombo (e Joaquim  
Norberto) na primeira metade do século XX*

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Mestre em História Social / FFLCH-USP

Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarulhos

RESUMO

Este artigo discute a circulação dos apontamentos de José Francisco da Rocha Pombo, elaborados em sua obra *História do Brasil*, sobre o envolvimento de personagens inconfidentes e clericais no movimento sedicioso que se pretendeu arquitetar em Minas Gerais, em 1788-1789. Para tanto, recorreremos a algumas rápidas notas biobibliográficas desse autor e analisaremos, a seguir, sua presença na historiografia brasileira. A partir de então, preocupar-nos-emos em discutir como ele observou a Inconfidência Mineira e, também, como suas notas se propagaram pela historiografia, a partir dos anos de 1920. Para escrever sua obra, Rocha Pombo apropriou-se das idéias de Joaquim Norberto de Souza Silva – o primeiro historiador a analisar detidamente a história da Conjuração. Ambos, aliás, servirão de base para os estudos posteriores interessados na investigação da participação do clero no movimento sedicioso. Esse tema norteará os dois últimos itens de nosso artigo. Para se comprovar se as idéias de Rocha Pombo, e por que não dizer, de Joaquim Norberto, se disseminaram na historiografia, passaremos a analisar a produção histórica que estudou o clero conjurado mineiro na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Rocha Pombo; Conjuração Mineira; Historiografia; Joaquim Norberto; Clero.

ABSTRACT

This article discusses the circulation of the notes of José Francisco da Rocha Pombo, elaborated in his book *History of Brazil*, on the disloyal and clerical

characters' involvement in the seditious movement happened in Minas Gerais in 1788-1789. For so much, it will be fallen back upon fast information on this author. To proceed it will be analyzed sweats presence in the Brazilian historiography. Starting from then, we will worry in discussing like him observed the "Inconfidência Mineira" and, also, as their notes if they spread for the historiography, starting from the years of 1920. To write his book, Rocha Pombo appropriated of Joaquim Norberto's ideas - the first historian to analyze the history of the "Inconfidência Mineira". Both, in fact, will serve as base for

Entretanto não há como desconhecer o extraordinário mérito da obra de Rocha Pombo, sua utilidade provada, os serviços prestados aos estudiosos, que a estimam entre todas as congêneres. Se conferidas as estatísticas das bibliotecas, verifica-se que sua História do Brasil é, nessa classe, o livro mais consultado, o mais lido de todos, o que significa popularidade e vale pela mais legítima das consagrações.

— RODOLFO GARCIA

### Rocha Pombo: rápidas notas biobibliográficas

**J**OSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO nasceu na cidade de Morretes, no Paraná, no dia 4 de dezembro de 1857, do casamento de Manuel Francisco Pombo e Angélica da Rocha. Romancista, poeta, contista, filólogo, professor, jornalista e historiador, o escritor paranaense tem o seu nome ligado à historiografia brasileira em decorrência de alguns trabalhos importantes de investigação histórica e através de compêndios educacionais.

A sua carreira profissional no ofício das letras iniciou-se como professor, em 1875, no subúrbio de Anhaia (PR). Nesse mesmo ano, dirigiu o semanário *O Povo*, em cujas páginas fez propaganda abolicionista e republicana. Em 1876, mudou-se para a cidade de Curitiba (PR), fazendo o curso de jornalismo. Seu primeiro artigo foi publicado na revista fluminense *A Escola*. No ano de 1881, estreou na literatura com o romance *A Honra do Barão*, impresso financiado por si próprio. Nesse ano, passou a residir na cidade de Castro (PR), lugar onde se casou com Carmelita da Rocha Pombo. Retornando a Curitiba, em 1886, passou a dirigir o Partido Conservador, facção política a que se filiara, e a escrever para o jornal do Partido – *Gazeta Paranaense*. Em 1897, mudou-se para a Capital Federal,

no Rio de Janeiro, continuando a exercer as profissões de jornalista e professor. Ingressou por concurso no Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1905, publicou o seu romance mais importante, *No Hospício*, obra que contém notas precursoras do romance psicológico moderno (MENEZES, 1969, p. 1.014 e GOMES, 1996, p. 58-59).

Exerceu em seu Estado, em 1886, durante o período monárquico brasileiro, o cargo de deputado provincial. Deveu-se a sua iniciativa política a criação da Universidade do Paraná, em 1892, medida que só viria a ser concretizada em 1912.

Na área das Letras e Humanidades, pertenceu à antiga Academia de Letras do Paraná, depois, Academia Paranaense de Letras, de cuja cadeira de número 17 é o patrono. Em 1900, foi admitido como sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Candidatou-se três vezes à Academia Brasileira de Letras, e acabou eleito por intercessão de Laudelino Freire, em 16 de março de 1933, para a vaga de Alberto de Oliveira, cadeira n.º 39, cujo patrono é Varnhagen. Não chegou a tomar posse, devido a grave problema de saúde. Nesse mesmo ano, em 26 de julho, faleceu no Rio de Janeiro, em situação deplorável e em extrema pobreza (GOMES, 1996, p. 59).

### Presença na historiografia brasileira

A PRESENÇA DE ROCHA POMBO na literatura e na historiografia brasileira é assinalada especialmente por uma exaustiva obra educacional, principalmente didática, e por compêndios e tratados que versam sobre a nossa história diplomática e regional.

Rocha Pombo deixou-nos as seguintes obras literárias: *A Hora do Barão*, romance de estréia (1881); *A Supremacia do Ideal* (1882); *Dadá* (1882); *A Religião do Belo* (1883); *Nova Crença* (1889); a série de poemas *A Guáira* (1891); a coletânea de contos *Petruccello* (1892); as poesias intituladas *Visões* (1892); o poema em prosa *In Excelsis* (1895); o poemeto *Marieta* (1896); *O Grande Problema* (1900); os romances *No Hospício* (1896) e *Contos e Pontos* (1911), além do *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*.

No campo da História, as suas incursões realizaram-se por meio das publicações de obras didáticas e de compêndios em geral, tanto de nossa história pátria, quanto da história de seu estado natal, assim como de outros de nossa federação, como São Paulo e Rio Grande do Norte. Entre os seus trabalhos

aparecem *O Paraná no Centenário* (1900), *Notas de Viagem* (1918) e *Instrução Moral e Cívica* (1927). Dentre os que se enquadram no campo historiográfico, destacam-se os estudos relacionados à produção didática, como *Nossa Pátria* (1914) para o curso primário, *História do Brasil* para o primeiro ciclo do ensino secundário, *Compêndio de História da América* (1900), outra obra intitulada *História do Brasil* (1915-1917) para os ciclos colegiais e estudantes das faculdades de filosofia, além de *História Universal*, *História de São Paulo* (1918), *História do Rio Grande do Norte* (1922) e *História do Paraná* (1930).

### A Conjuração Mineira

SUA OBRA MAIS IMPORTANTE E SIGNIFICATIVA para o nosso estudo é *História do Brasil*. Esse texto veio à luz em 10 volumes, entre os anos de 1915 e 1917. Divididos em 10 partes e mais um suplemento referente aos dez primeiros anos da República brasileira, os apontamentos legados por Rocha Pombo foram copiados e reproduzidos pelos seus contemporâneos, historiadores ou não, como veremos a adiante.

As 10 partes que compõem o seu texto abarcam temas que vão desde a conquista da terra e a criação de uma economia interna até o desenvolvimento de um espírito de nacionalidade que floresceu na Colônia. Na obra, esses temas estão assim distribuídos: *O descobrimento*, *A terra*, *As raças que se fundiram*, *A colonização*, *Formação do espírito nacional*, *Integração do território e primeiras idéias de independência*, *O Brasil – sede da monarquia portuguesa*, *A independência*, *O período regencial* e *O segundo império*. Os comentaristas que trataram de sua obra, principalmente Rodolfo Garcia e Gustavo Barroso, classificam *História do Brasil* como um livro extraordinário pelo mérito e pela abrangência que procurou cobrir temporalmente. O autor trabalhou com materiais publicados por outros pesquisadores, compilando-os e organizando-os.

O item que nos interessa dessa obra é a sua sexta parte, que, no prefácio, aparece assim comentada:

Trataremos agora das colisões com a Espanha, principalmente no Sul. Indicaremos a tendência geral que se acentuava contra o espírito, o governo, a administração, as tradições e as coisas do Velho Mundo e destacaremos o impulso que o ânimo alevantado do marquês de Pombal dera, talvez desapercivelmente, a semelhante tendência. Fecharemos esta seção apontando os indícios mais concretos e positivos do novo espírito, como sejam os primeiros sinais do movimento libertador e sobretudo o mais característico do ânimo geral ocorrido antes de 1822 – a conjuração de Minas (POMBO, v. 1, [19—], p. XXXII).<sup>1</sup>

A periodização adotada pelo autor segue a tendência histórica do período, ou seja, a divisão temporal adotada foi indicada por “eventos que marcaram a constituição da nação brasileira, domesticando o tempo para a construção do sentimento de nacionalidade”. Rocha Pombo enfatizou as tradições de luta do nosso passado pela formação do território brasileiro, a construção da unidade nacional e os feitos gloriosos de personagens identificados com ideais republicanos. Entre os inúmeros personagens que aparecem em sua obra, destacam-se o índio, o jesuíta e o bandeirante. A sua cronologia foi ordenada a partir de uma datação minuciosa, de ordem quantitativa e aritmética, na qual o sujeito era o Estado, dispondo os fatos para se chegar ao “grande ‘evento’, a Independência e a constituição do Estado nacional” (BITTENCOURT, 1993, p. 214-216).

Nesta perspectiva – positivista –, o tempo da história é o tempo da evolução e do progresso. Essa concepção traz subjacente a noção de que, a cada etapa *vencida*, a humanidade se afastava cada vez mais do *antigo*, do *primitivo* e da *barbárie*, rumo à *civilização*. Nesse sentido, o conceito de evolução entrelaça-se com o de progresso, levando ao estabelecimento de diferenças e comparações entre passado e presente, fundadas na oposição entre pior/melhor, atrasado/adiantado, inferior/superior.

A “conjuração de Minas”, como ele denomina a Inconfidência Mineira, aparece no “Terceiro Século (XVIII)”, com características que apontam Minas Gerais como o resultado de um processo de interiorização do povoamento da América portuguesa e como ponto de maturação de uma epopéia iniciada com as expedições bandeirantes.

Basta lembrar que o povoamento do território mineiro começou com a bandeira de Fernão Dias Pais, no último quartel do século XVII. Desde o primeiro século após o descobrimento do Brasil, várias entradas foram feitas naquelas paragens: pelo Norte, vindos da Bahia, pelo Leste, do Espírito Santo, e, pelo Sul, do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo.

Fernão Dias, partindo de São Paulo, rumou sentido norte, em busca de esmeraldas. Apesar de ter achado turmalinas, nunca encontrou as esmeraldas que tanto procurou, a não ser em seus delírios de febre, que o fizeram “ver” a serra resplandecente. Seu sonho, porém, levou aos primeiros achados auríferos e deu origem às próprias Minas Gerais.

Com origem heróica, Minas Gerais não poderia deixar de manifestar, em vários momentos de sua história, sua superioridade moral, suas inclinações patrióticas e suas atitudes honradas. Terra marcada pela exploração de riquezas tão cobiçadas,

como o ouro e o diamante, sofreria também, e por causa delas, todo o tipo de opressão por parte das autoridades portuguesas, pintadas como protagonistas de ações e leis extremamente severas. O sofrido povo mineiro, desde muito cedo, conviveu com grandes dificuldades, mas soube, dignamente, superá-las. Os conflitos são mostrados quando se trata de lutas entre a Colônia e a Metrópole e têm no ouro seu pomo de discórdia. A guerra dos Emboabas (1708-1709), a revolta de Filipe dos Santos contra as Casas de Fundição, também chamada de Revolta de Vila Rica (1720), por exemplo, são movimentos que surgiram das arbitrariedades da administração portuguesa e, também, das dificuldades materiais da população em não conseguir usufruir a riqueza que o ouro gerava, por causa da excessiva carga de impostos. Foi justamente na capitania de Minas Gerais que eclodiu, em “1789”, no dizer de Pombo, um movimento que é o

[...] sintoma seguramente mais bem definido e acentuado, acusador de que só a força conseguiria, de fins do século XVIII em diante, manter no Brasil o domínio português. Temos chegado à época em que a colônia começa a ter um sentimento muito nítido da sua maioridade, e a pensar gravemente no problema de sacudir o jugo da metrópole. Nunca se sentiram mais pesados os gravames do regime colonial do que na fase em que, ao lado da riqueza, se via lavrar a miséria, a angústia da vida, em afrontoso contraste com as magnificências da terra e com a atividade das populações (POMBO, v. 6, [19—], p. 668-670).

A Conjuração Mineira enquadra-se nos eventos que possuem as seguintes características: momento em que a “riqueza das minas levanta o espírito dos colonos”, no qual se torna “imperioso o sentimento da terra”. Foi nesse instante que surgiram as “primeiras aspirações formais de independência”.

A partir da leitura do capítulo VI (*Primeiras manifestações formais do espírito da pátria*), aquele em que se insere o parágrafo referente ao movimento tentado nas Minas Gerais, a Inconfidência é observada como um entrecruzamento de diversas tendências, da insatisfação dos poderosos, como, por exemplo,

[...] o grupo de homens, em cujo espírito está mais viva a idéia da independência, tem antes mais motivos agora para não esquecer que a desgraça já não tem outra solução [*imposição da cobrança da derrama pela Fazenda Real*]. Em nenhuma outra capital da colônia seria talvez possível encontrar um tão grande número de homens notáveis que se associassem e se unissem tão depressa, dir-se-ia pelo instinto de uma nobre causa [...] (POMBO, v. 6, [19—], p. 682-683),

ao delírio anticolonialista de Tiradentes, profundamente marcado, sem nenhuma dúvida, pela tensão característica da sociedade mineira do século XVIII:<sup>2</sup>

Os chefes conspiradores já estavam cada qual no seu posto, à espera do grito de alarme. – É neste momento que o Tiradentes não se contém nos seus delírios, e resolve partir para o Rio. No seu grande coração, para onde parece que tinha refluído, a tumultuar, todo o sentimento da pátria futura – aquele sonho estava realizado; e deixar fora da ação decisiva as capitanias do Rio e de S. Paulo seria reduzir as proporções do acontecimento com que ia a América assombrar de novo toda a Europa. [...] por todo o caminho do Rio, vem agora o Tiradentes como um arauto do novo dia que vai surgir da longa noite colonial. Em toda parte, pelas fazendas, pelas casas de negócio, pelas estalagens, ergue a voz desassombrada, proclamando a boa nova, como um visionário nos seus delírios. A sua palavra inflamada espanta a toda gente. Os que o ouvem ficam tomados de terror, ou vencidos da mesma insânia (POMBO, v. 6, [19—], p. 701-708).

O herói não teve a cautela necessária para que se arquitetasse sigilosamente a rebelião tão almejada. Ao contrário, pregava abertamente a luta contra o invasor europeu. Atrás dele ia um espião, o coronel Joaquim Silvério dos Reis, que, no dia 15 de março de 1789, denunciou o movimento ao então governador das Minas Gerais, Visconde de Barbacena, no momento em que Tiradentes partira para o Rio de Janeiro, com licença de um mês para tratar de assuntos particulares na capital da América portuguesa.

Com a delação, as prisões começaram a ser efetivadas, tanto no Rio quanto em Minas. A devassa durou três anos, sendo a sentença conhecida na madrugada do dia 19 de abril de 1792. No momento das angústias, das tristezas e das lamentações dos inconfidentes, Tiradentes foi o único que sofreu em silêncio. No dia seguinte, quando se tornou pública a carta de clemência da Rainha Maria I, que agraciava quase todos os envolvidos condenados à morte com a comutação de suas penas para degredo perpétuo em terras africanas, ocorreu uma ruidosa manifestação de alegria. O alferes, considerado indigno da piedade e da clemência reais, não obteve a atenuação de sua pena e encontrou em seu destino um cadafalso, uma forca e um carrasco, o negro Capitania, que deveria cumprir inteira e imediatamente a sentença proclamada:

Como primeiro cabeça da projetada revolução, foi o réu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, condenado à forca, devendo a sua cabeça ser levada a Vila Rica, e exibida num poste alto no lugar mais público da vila; o corpo seria dividido em quatro pedaços, e estes da mesma forma expostos nos sítios onde tinha tido o réu as suas “práticas infames”, no caminho das Minas (POMBO, v. 3, p. 226).

A sentença foi integralmente cumprida. Tiradentes foi levado à forca no dia 21 de abril, percorrendo o caminho da cadeia ao cadafalso a pé, com a corda no pescoço, e paradas para a leitura do pregão judicial. Foi enforcado; depois levado

a um quartel, onde lhe cortaram a cabeça e dividiram o corpo em quatro partes, salgando-as para o transporte até os locais onde seriam expostas.

### **O aparecimento do clero na Conjuração Mineira: dívidas a Rocha Pombo e ao seu mestre Joaquim Norberto**

ROCHA POMBO FIGURA AO LADO DE Joaquim Norberto de Sousa Silva como um dos expoentes de maior prestígio no campo das letras históricas, no que se refere aos estudos sobre a Inconfidência Mineira e a representação do século XVIII mineiro, aparecidos no final do século XIX, que permanecem até os dias de hoje, manifestando-se nas novelas, na imprensa, na música e em outras formas de expressão cultural. Joaquim Norberto, devido à obra *História da Conjuração Mineira*, publicada em 1873 sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi o primeiro escritor a se debruçar exclusivamente no exame do movimento de 1788.<sup>3</sup>

Rocha Pombo aparece como perpetuador das anotações de Joaquim Norberto, que construiu uma narrativa caracterizada pela parcialidade no julgamento dos fatos, tendendo a uma visão monarquista. Basta lembrar que o livro foi escrito para minimizar as crescentes críticas e aspirações republicanas que começavam a tomar fôlego e a invadir os gabinetes, os salões de reunião da intelectualidade e as conversas populares, a partir da segunda metade do século XIX.

A análise realizada por Joaquim Norberto procurou salientar o fracasso da Inconfidência. Atribuiu aos poetas Tomás Antônio Gonzaga, José Inácio de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa a liderança no levante, relegando a um segundo plano a participação do alferes Tiradentes. O aspecto físico pintado de Tiradentes foi e é o eixo das grandes críticas elaboradas contra ele.<sup>4</sup> Outras críticas merecem ser destacadas, como a idéia separatista exposta como uma das principais no projeto inconfidente. Joaquim Norberto não se conformou com a idéia planejada pelos conjurados de lutar pela independência, uma vez que esta quebraria os valores nascentes de nossa nacionalidade. De acordo com Nicolau Sevcenko (1983, p. 79), a intelectualidade, naquele período, enfatizava a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na “[...] grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional”. Assim, era inadmissível pensar em um projeto separatista que viesse a dividir o território brasileiro com a instauração de províncias autônomas, como pensavam os inconfidentes, na visão de Norberto.



Vale a pena lembrar ainda que estávamos num período de formação de um Estado imperial (nação), calcado em processos civilizacionais, no qual qualquer tentativa de enaltecer conflitos poria tudo a perder. Daí o desprezo a qualquer manifestação nativista e insurrecional contra o poder real. A lembrança de confrontos, necessariamente, remetia-nos à idéia da ordem social vigente, das diferenças entre classes sociais, das lutas por autonomia, da barbárie praticada contra o aborígine e o negro na sociedade brasileira. Foi nesse momento que começaram a aparecer os primeiros representantes típicos de nossos românticos, vinculados ideológica e profissionalmente à burocracia imperial, reprovando a Conjuração Mineira.

De acordo com *Ciro Bandeira de Melo*, não interessava retratar conflitos com Portugal, muito menos lembrar questões de derramamento de sangue que pudessem ser relacionadas com as razões de Independência do Brasil. *Dom Pedro I* fora o verdadeiro artífice de nossa Independência, que transcorria de maneira quase sempre pacífica e ordenada na seqüência com *dom Pedro II*, que continuaria a direção do Governo, mantendo a unidade política, promovendo o progresso e civilizando o país. A monarquia era o elo principal que nos unia à Europa branca, fonte única dos modelos de civilização e progresso que adotávamos por aqui (*MELO, 1999, p. 65*).

Nessa ótica, enquadram-se, por exemplo, os estudos de *Joaquim Norberto*. Críticas à parte, foi somente com ele que as pesquisas sobre a Inconfidência Mineira e, particularmente, sobre o clero sedicioso, ganharam novos impulsos. A visão que possuímos de um clero que contava com padres e elementos eclesiásticos que se deleitavam com propinas, com rentabilidades auferidas à custa de vexações e violências mediante contribuições paroquiais, de benesses e dos famosos pés-de-altar foi-nos transmitida por ele, assim como as afirmações de que as irmandades e ordens religiosas adentraram o universo mineiro com o intuito de angariar donativos para as igrejas, o que levou essas ordens a estabelecer representantes na cidade de Vila Rica, centro econômico da região mineradora.

A má conduta do clero é exemplificada pela atitude de muitos padres que, após conseguir ajuntar uma quantidade considerável de ouro, abandonavam a batina, encaminhando-se em direção ao sertão, muitas vezes com um novo nome e com uma mulher, passando a viver em um ambiente mundano, esquecendo-se de seus votos eclesiásticos.

Em seus estudos, *Joaquim Norberto* contribuiu para a compreensão da vida política e social da capitania mineira, das relações entre os poetas, os clérigos e os demais envolvidos nos interrogatórios. A importância dessa obra no estudo

do clero na Conjuração Mineira é evidente. Ela serviu como um dos alicerces para se entender a história do levante, tanto assim que até hoje muitas de suas análises medeiam as pesquisas e as temáticas do movimento. Portanto, para se compreender o envolvimento eclesiástico é necessário perceber que *História da Conjuração Mineira* arregimentou seguidores, influenciando no desprezo a Tiradentes, enaltecendo as personagens dos poetas e levando muitos a considerar elementos clericais como de primeira importância, como o padre José da Silva e Oliveira Rolim – uma das pessoas mais ricas e influentes de Minas Gerais – ou o cônego Luís Vieira da Silva – um dos mais brilhantes intelectuais mineiros da segunda metade do século XVIII.

Pautando-se pelas notas de Joaquim Norberto, Rocha Pombo interpretou-as, ampliou e apontou novas idéias. Indicou nove padres como envolvidos no movimento. Aliás, reside justamente nessa informação a sua grande contribuição: apresentou em um trabalho de grande penetração popular, como foram os seus livros didáticos, principalmente *História do Brasil*, a idéia do envolvimento de elementos clericais com os demais conjurados em um movimento revolucionário que pretendia formar uma república independente na região das capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Até aquele momento, somente Joaquim Norberto se havia dado conta da importância de membros da Igreja Católica na Inconfidência. Rocha Pombo foi quem divulgou essas idéias, principalmente em seus textos didáticos. As leituras da obra de Joaquim Norberto estavam circunscritas ao ambiente intelectual; as leituras de Rocha Pombo penetraram e se disseminaram pelos lares dos nossos estudantes.

Na sua análise da conjura, Rocha Pombo utilizou como referência bibliográfica, além das notas de Joaquim Norberto, a obra de Robert Southey (*História do Brasil*) e os apontamentos do ex-conjurado José de Rezende Costa Filho, nas anotações que fez sobre o destino dos inconfidentes degredados para a África, omitindo comentários sobre o destino dos clérigos após a sentença da Alçada, proferida em 1792.

As referências ao clero na obra de Pombo resumem-se a escassas anotações, ora sobre a sua atuação, ora sobre a citação de alguns de seus membros, como o momento histórico e o seu relacionamento com a sociedade, utilizando-se para isso dos apontamentos de Joaquim Norberto, como informamos. Relacionou nove clérigos envolvidos na sedição, mencionando nominalmente apenas cinco: cônego Luís Vieira da Silva (orador sacro de alto mérito), padres Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas, Carlos Correia de Toledo, Manoel

Rodrigues da Costa e José da Silva e Oliveira Rolim. Cita-os, não atribuindo a nenhum deles qualquer função dentro do intento inconfidente (POMBO, v. 3, p. 214 e RODRIGUES, 2002, p. 36-37).

É importante recordar que a obra de Rocha Pombo teve forte penetração no público escolar e leitor até recentemente, década de 1970, quando o seu manual didático começou a ser substituído por outros, como o de Maria Efigênia Lage de Resende, *História Fundamental do Brasil*, impresso em Belo Horizonte pela Editora Bernardo Álvares.

Convém lembrar ainda que o livro didático foi o responsável pela formação de milhares de brasileiros, já que constrói, com seu estilo e metodologia de estrutura de ensino, uma visão da Inconfidência Mineira regulada pela História Oficial. E, ainda, tem sido um dos mais utilizados veículos de transmissão de mitos e estereótipos que tanto enriquecem a nossa História.

Através de seu manual didático, as informações e os apontamentos de Joaquim Norberto disseminaram-se indiretamente pela sociedade, tornando-se referência aos primeiros estudos temáticos que tiveram como eixo central a Conjuração Mineira, até o aparecimento da documentação eclesiástica os *Autos Crimes Contra os Réus Eclesiásticos*, em 1950, e a sua publicação, em 1952, pelo historiador português Ernesto Ennes, no volume inicial do *Anuário do Museu da Inconfidência*, de Ouro Preto. A partir de então, as pesquisas clericais ganharam novo alento.

#### **As Idéias de Rocha Pombo (e Joaquim Norberto) disseminaram-se pela historiografia brasileira?**

SE ROCHA POMBO, COMO AFIRMAMOS, não analisou de forma detida o clero na Conjuração Mineira, como podemos atribuir a ele um lugar de destaque entre os estudos desse movimento?

Como prova da disseminação dos apontamentos de Rocha Pombo pela historiografia brasileira, recorreremos aos estudos publicados posteriormente à edição de sua obra, para observar se suas análises foram apropriadas e transmitidas. Para tanto, comecemos com *O Clero e a Independência: Conferências Patrióticas*, de dom Duarte Leopoldo e Silva, editado em 1923.<sup>5</sup> Nesse livro, o autor reuniu seus pronunciamentos sobre a participação de eclesiásticos brasileiros na luta pela Independência, proferidos nas comemorações do centenário de nossa emancipação política, no ano anterior. Como não poderia deixar de ser, fez referência ao clero inconfidente mineiro. Sua importância é singular: texto citado

por diversos autores que trataram de algum aspecto da conjura, reproduzindo suas anotações sobre o clero. Guiou-se principalmente pelos registros elaborados por Rocha Pombo em sua obra *História do Brasil*, tanto que, das 25 notas de rodapé existentes em seu texto, 17 se referem a Pombo. As demais são assim distribuídas: quatro notas explicativas de sua autoria, duas nas quais utiliza a obra do padre Rafael Maria Galanti (*Compêndio de História do Brasil*), referentes à “revolta de Pitangui” e ao “levante de Vila-Rica”, ambos ocorridos em 1720, e duas que dizem respeito ao artigo de Viriato Corrêa sobre a postura “progressista” do clero, destacando-se a figura do padre inconfidente José da Silva e Oliveira Rolim (LEOPOLDO, 1923, p. 62). De um modo geral, não apresentou nenhum dado novo ou nova interpretação acerca do clero e da Conjuração Mineira.

Tanto Rocha Pombo quanto dom Duarte Leopoldo e Silva interessam-nos pela quantidade de citações que seus trabalhos tiveram em outras obras de História, principalmente as utilizadas para explicar o envolvimento do clero no intento sedicioso. As notas que prevaleceram na historiografia brasileira foram as produzidas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para comprovar se as idéias proferidas nessas regiões eram as dominantes, vejamos como a obra do historiador mineiro, Lúcio José dos Santos, *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, publicada nessa mesma época em Minas Gerais, se comportou, ou melhor, repercutiu na historiografia, que, constantemente, lhe atribui alto valor historiográfico e classificação como o maior e o mais completo estudo que se tem sobre o intento de 1788.<sup>6</sup> Passemos a investigar se o livro de Lúcio dos Santos foi conhecido pela historiografia brasileira.

As incursões de Lúcio dos Santos na história da Inconfidência iniciaram-se em 1893, quando fez conferência na cidade de Ouro Preto, narrando um encontro que tivera com um contemporâneo do levante. Por ocasião da celebração do bicentenário de Ouro Preto, em 1911, apresentou nova comunicação sobre o tema.<sup>7</sup> Em 1922, foi convidado a participar do Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de Janeiro pelo IHGB, em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil. Nesse momento, apresentou a monografia *A Inconfidência Mineira: Papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, publicada, naquele mesmo ano, nos Anais do evento. Em 1927, apareceu sua primeira edição em formato de livro; a segunda, somente em 1972 (DIAS, 1989, p. 118-119 e DELGADO, 1992, p. 71).

O grande mérito de Lúcio dos Santos foi identificar a existência no movimento de grupos sociais distintos. Com o intuito de contrariar a tese de

Joaquim Norberto de que os três poetas, Gonzaga, Cláudio e Alvarenga, eram os líderes do levante e a análise preconceituosa que aquele traçou da personagem Tiradentes, Lúcio lançou-se em defesa do alferes. Para ele, o movimento consistia de quatro grupos distintos. O primeiro era o dos ativos, que contava com a presença, entre outros, de Tiradentes e dos padres Carlos Correia de Toledo e Melo e José da Silva e Oliveira Rolim. O segundo era composto pelos literatos cônego Luís Vieira da Silva, Gonzaga e Cláudio, entre outros. O terceiro era o dos conjurados secundários, aqueles que aceitaram a idéia, transmitindo-a, como o padre Manuel Rodrigues da Costa. O último era o grupo dos inconfidentes de terceira ordem, que souberam e consentiram vagamente ou apenas deixaram de denunciar, como, por exemplo, o padre José Lopes de Oliveira, que atribuiu a Tiradentes a chefia do intento (SANTOS, 1927, p. 144-116).

Apontou de forma segura a determinação das causas e das conseqüências dos feitos conjurados. Sobre a viabilidade do propósito inconfidente, adotou uma posição harmoniosa entre os estudiosos monarquistas, que atacaram a Conjuração, e os republicanos, que enalteceram a figura de Tiradentes, posição verificada, por exemplo, na resposta à questão: “Teria sido preferível que vingasse a tentativa de 1789?”. Respondeu que “não” porque

[...] em 1789, não estava o povo brasileiro suficientemente preparado para as instituições republicanas: não possuía a instrução necessária, não tinha a capacidade administrativa indispensável, não havia chegado ao nível social e político que requerem as instituições livres (SANTOS, 1927, p. 582).

A idéia de inviabilidade e incapacidade da sociedade brasileira de viver em um sistema que continha instituições republicanas atrelava-se à visão proposta por Joaquim Norberto.

A partir da publicação de *Arquidiocese de Mariana*, de Raimundo Trindade, os estudos sobre o clero receberam novo ânimo.<sup>8</sup> Começaram, a partir de então, os primeiros estudos monográficos de personagens clericais envolvidas no movimento sedicioso mineiro. Trindade deslocou suas análises bibliográficas do eixo Rio – São Paulo, que envolvia Joaquim Norberto, Rocha Pombo e dom Duarte Leopoldo e Silva. Procurou traçar um perfil de sua arquidiocese com base em pesquisas realizadas em documentos pertencentes à Cúria Arquiepiscopal de Mariana. Após anos de investigações, concluiu mais do que um compêndio sobre a história de sua arquidiocese; produziu uma das maiores obras da história da Igreja em Minas Gerais, *Arquidiocese de Mariana*. Esse livro não apenas nos legou ensaios acerca da instituição eclesiástica, mas, acima

de tudo, apresentou estudos sobre os múltiplos aspectos da sociedade mineira. Foi publicado em três volumes, entre os anos de 1928 e 1929, pela Editora Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, a que publicara um ano antes *A Inconfidência Mineira*, de Lúcio dos Santos.

O mérito dessas obras é indiscutível; sua circulação, apropriação e utilização pelo público leitor, nos princípios do século XX, são discutíveis. As obras de Raimundo Trindade e de Lúcio dos Santos, ao que parece, não foram tão divulgadas como se costuma ressaltar. Suas análises não foram tão lidas e reproduzidas quanto as de Joaquim Norberto, Rocha Pombo e Duarte Leopoldo (que reproduz as notas de Rocha Pombo). O texto *Arquidiocese de Mariana* só recebeu o devido reconhecimento com a publicação de sua segunda edição, ocorrida entre 1953 e 1955, agora em dois volumes, com a supressão de algumas referências documentais constantes na primeira edição e com a revisão de alguns assuntos estudados.

A argumentação utilizada para explicar a Conjuração Mineira baseava-se na leitura que fez da obra de Lúcio dos Santos, como indicou: “A inconfidência não foi um mero sonho de poetas e idealistas; ‘foi um movimento perfeitamente definido, uma tentativa perfeitamente caracterizada’, como deixou superiormente demonstrado o Dr. Lúcio dos Santos” (TRINDADE, v. 2, 1953, 1955, p. 60).

Essas palavras evidenciam duas posições:

a) A visão que possuía sobre o movimento ocorrido em Minas Gerais em 1788 foi transmitida por meio da leitura da obra de Lúcio dos Santos. Com esse livro, ele elaborou sua argumentação. Então podemos concluir que, somente a partir da edição de *Arquidiocese de Mariana*, começou a desenvolver-se certo revisionismo historiográfico contrário às análises de Joaquim Norberto. A partir dessa afirmação, uma questão vem à tona: esse revisionismo esteve presente na primeira edição da obra do cônego Raimundo Trindade? Ao que parece, não. A apropriação das informações de Lúcio vai aparecer somente na segunda edição, ocorrida na década de 1950.

b) O excesso de rebuscamento utilizado para definir o movimento não como um “mero sonho de poetas e idealistas” fez-nos novamente concluir que esteve indiretamente atacando a análise dominante naquele momento, ou seja, a construção de Joaquim Norberto, o que comprova nossa idéia: Lúcio José dos Santos não recebeu o destaque que a historiografia lhe atribui. Para o período, a análise reinante era a de Joaquim Norberto, e não a de Lúcio. Com o aparecimento da *Arquidiocese*, começou a verificar-se uma inversão de posições que até hoje não se concretizou.

Em 1933, veio a público a obra de Joaquim Furtado de Menezes, *Clero Mineiro*, abrangendo o período de 1553 a 1889.<sup>9</sup> A princípio, foi preparada para ser apresentada em uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Estudando a história religiosa de Minas, tema proposto à sua apresentação (35.<sup>a</sup> tese), percebeu a quantidade de material referente à ação do clero na evolução das Gerais e, a partir de então, resolveu recolher os dados encontrados e reuni-los em um livro.

A estrutura da obra obedece ao seguinte critério: demonstração da história do descobrimento e da povoação de Minas Gerais e as condicionantes religiosas ali presentes. Procura mostrar como o clero estava organizado nos Períodos Colonial e Imperial por meio de descrições de eclesiásticos pertencentes aos quadros da administração civil e religiosa, do legislativo, das letras (magistério, imprensa, por exemplo), das ciências (agricultura, mineração, entre outros) e das artes.

A análise do envolvimento do clero na Conjuração baseia-se nos escritos do arcebispo de São Paulo, dom Duarte Leopoldo, *O Clero e a Independência*, em conjunto com excertos retirados da obra *História do Brasil*, de Rocha Pombo, e *Terra de Santa Cruz*, de Viriato Corrêa. No capítulo 15, denominado “Nos movimentos patrióticos”, o autor cita: “Queremos fazer nossas as seguintes palavras do erudito e piedoso Arcebispo de S. Paulo, D. Duarte Leopoldo [...]”, mencionando, a partir de então, os propósitos do prelado ao escrever sua obra:

Fique porém assentado que salientamos a ação do clero nos acontecimentos do país, nem sempre aprovamos os meios de que se valeram alguns eclesiásticos, nem pretendemos indultar responsáveis desmandos. O nosso estudo não comporta mais que a afirmação do patriotismo do clero brasileiro, sempre real e eficaz, se bem que, por vezes, desviado das tradições e ensinamentos da Igreja (LEOPOLDO, 1923, p. 17, apud MENEZES, 1933, p. 143).

A sua análise do movimento permite-nos apresentar alguns dados. Seu estudo baseia-se nos registros de Duarte Leopoldo, conforme já apontamos, para o quinto capítulo (“A Inconfidência Mineira”) da obra *O Clero e a Independência*. Além disso, a única citação documental existente no texto foi extraída da obra de Rocha Pombo, referente à transcrição do ofício de 11 de junho de 1789, na qual o Visconde de Barbacena informava sobre a possibilidade de o cônego Luís Vieira da Silva ser o iniciador do intento sedicioso, dado obtido no depoimento do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. As referências aos eclesiásticos processados pela devassa também foram obtidas a

partir da obra de Rocha Pombo. Por último, recuperou Joaquim Norberto, ao analisar a personagem Tiradentes.

Em resumo, encontramos em Furtado de Menezes nossos dois autores-chave para se entender o estudo do clero na Conjuração: Joaquim Norberto e Rocha Pombo. A obra *Clero Mineiro*, posterior à de Raimundo Trindade, não incorporou a análise desse estudo, comprovando que nos círculos mineiros a obra de Lúcio dos Santos, como a do cônego Raimundo Trindade, não era tão difundida assim, a ponto de se realizar uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais sem ao menos mencioná-la. Afirmamos, mais uma vez, que as leituras predominantes, a partir da década de 1920, eram as de Joaquim Norberto e de Rocha Pombo.

Durante décadas essa foi a tônica dos textos produzidos sobre a Inconfidência Mineira e, em especial, sobre o clero conjurado. Rocha Pombo, cuja produção didática formou milhares de brasileiros que passaram pela escola, foi depositário de representações que se constituíram em verdades incontestes, parte integrante do imaginário sobre o passado do país.

#### NOTAS

<sup>1</sup> As transcrições foram modernizadas para facilitar a leitura e a compreensão dos excertos. Entretanto, em nenhum momento alteramos a estrutura gramatical dos fragmentos selecionados.

<sup>2</sup> Foi Laura de Mello e Souza quem nos alertou para estas tensões: “Na Inconfidência [...] desaguarão as duas tradições próprias às revoltas mineiras: a insatisfação dos poderosos, rápida e violenta; e a dos oprimidos, surda e cotidiana. [...] é preciso repensar a Inconfidência como entrecruzamento de tendências diversas, do conservadorismo estamental de Gonzaga ao delírio anti-colonialista de Tiradentes, profundamente marcado, sem nenhuma dúvida, pela tensão tão característica da sociedade Mineira no século XVIII” (SOUZA, 1989, p. 36).

<sup>3</sup> Joaquim Norberto nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1820, e faleceu em 14 de maio de 1891, em Niterói. Foi poeta, filólogo, dramaturgo, romancista e crítico literário. Suas atividades na área de História estiveram, em sua grande maioria, vinculadas ao IHGB, entidade na qual ingressou no ano de 1841 e da qual foi presidente de 1886 até o ano de seu falecimento. Suas obras mais importantes no campo historiográfico são *Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro*, publicada em 1854 na Revista do IHGB; *Brasileiras Célebres*, em 1862; *Biografia Brasílica*, em 1864; *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e Cada Província de Per Si, Tentadas Desde os Tempos Coloniais até Hoje* (1870) e *Corografia Fluminense ou Descrição Topográfica, Histórica, Política e Estatística da Província do Rio de Janeiro*, além da obra em análise, *História da Conjuração Mineira*, publicada em 1873 (RODRIGUES, 2002, p. 28).

<sup>4</sup> Em resposta às constantes críticas surgidas após a publicação de sua obra, Joaquim Norberto escreveu o artigo “O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo. Resposta a um injusto reparo das críticas de *História da Conjuração Mineira*”, publicado na Revista do IHGB em 1881 (NORBERTO, 1948, v. 2, p. 227-236).



<sup>5</sup> O arcebispo dom Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté, em 4 de abril de 1864. Desde cedo, mostrou-se interessado por assuntos religiosos, temática que o levou a entrar para o seminário. Ordenou-se em São Paulo, foi professor no seminário paulistano e cônego desse cabido. Após a nomeação, assumiu o bispado de Curitiba. Com a morte de dom José de Camargo Barros, bispo de São Paulo, foi transferido para esta capital. Entre os seus atos, os mais importantes foram a divisão da diocese em cinco novas outras (Taubaté, São Carlos, Campinas, Ribeirão Preto e Botucatu), a construção da catedral gótica da Sé, o edifício da Cúria Metropolitana na rua Santa Teresa, o prédio do Recolhimento de São Pedro (rua Bartira), o mosteiro das Carmelitas Descalças (rua Monte Alegre – atual prédio da PUC/SP) e o Seminário Central do Ipiranga (hoje faculdade leiga) (RODRIGUES, 2002, p. 38).

<sup>6</sup> Lúcio José dos Santos nasceu em Ouro Preto, em 1875, e faleceu em 1944, em Belo Horizonte. Graduou-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1900, e em direito pela Faculdade de São Paulo, em 1908. Escreveu vários trabalhos sobre religião e problemas sociais mineiros. No entanto, seu grande trabalho foi o estudo sobre a Inconfidência Mineira, especificamente sobre o alferes Tiradentes (RODRIGUES, 2002, p. 32).

<sup>7</sup> Considera-se 1911 o ano do bicentenário de Ouro Preto, em virtude da criação da vila – Vila Rica – por dom Antônio de Albuquerque, em 8 de julho de 1711. A descoberta da região ocorreu por volta de 1696 para uns e de 1698 para outros, com a chegada dos bandeirantes a Ribeirão do Carmo (atual Mariana).

<sup>8</sup> O monsenhor cônego Raimundo Otávio da Trindade nasceu em 20 de novembro de 1883, no município de Mariana, e faleceu nessa cidade, em 1962. No campo da História, podemos colocá-lo presente em dois ângulos: como o primeiro diretor do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, cargo que ocupou de 9 de agosto de 1944 até 26 de setembro de 1959, quando se aposentou; como um dos mais notáveis historiadores mineiros, não só pela quantidade de obras, aproximadamente 24 livros, mas pela sua competência na pesquisa documental. Ele foi o primeiro a manusear e analisar os documentos existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, além de conhecedor dos acervos dos cartórios da região das Minas Gerais, catalogando os registros de muitos desses (RODRIGUES, 2002, p. 40).

<sup>9</sup> Joaquim Furtado de Menezes nasceu no Rio de Janeiro, em 1875, e faleceu em Minas Gerais, em 1940. Foi historiador, professor, jornalista, farmacêutico e engenheiro. Ocupou cargos no Governo de Minas e fundou a Sociedade Mineira de Engenharia, da qual foi o primeiro presidente. Considerado “pioneiro da pesquisa científica no domínio da história da arte no Brasil”, Joaquim Furtado legou-nos um dos primeiros trabalhos sobre as igrejas e as irmandades de Ouro Preto: *A Religião em Ouro Preto*, de 1911. Em 1975, por ocasião de seu centenário, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais reeditou a obra com o título de *Igreja e Irmandades de Ouro Preto*, edição organizada por seu filho, Ivo Porto de Menezes (RODRIGUES, 2002, p. 42).

## REFERÊNCIAS

ARGEU, Guimarães. Rocha Pombo. In: *Diccionario bio-bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938. p. 361.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DELGADO, Alexandre Miranda. A historiografia da conjuração mineira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 375, p. 64-79, abr./jun. 1992.

DIAS, Fernando Correia. A inconfidência mineira em contexto de revisão. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 106-131, maio/dez. 1989.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. Inconfidência mineira: mito e história na historiografia. In: COSENTINO, Francisco Carlos (Org.). *1500/2000: trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999. p. 123-130.

FURTADO, João Pinto. Inconfidência e inconfidentes em múltiplos registros: história e historiografia do movimento mineiro de 1789. In: MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Tiradentes: o herói que inventou a pátria*. Belo Horizonte, 1999. p. 74-91. (Lições de Minas. Série Idéias & Debates).

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LEOPOLDO, Duarte. A inconfidência mineira. In: *O clero e a independência: conferências patrióticas*. São Paulo: Centro D. Vital, 1923. p. 53-64. (Coleção Eduardo Prado. Serie A).

MELO, Ciro Bandeira de. Visões da inconfidência mineira nos manuais de história de Joaquim Manuel e de João Ribeiro. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Tiradentes: o herói que inventou a pátria*. Belo Horizonte, 1999. p. 63-73. (Lições de Minas. Série Idéias & Debates).

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Clero mineiro: periodo monarchico (1553-1889)*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1933.

MENEZES, Raimundo de. Pombo (José Francisco da Rocha). In: *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Edição Saraiva, 1969, v. 4. p. 1014-1015.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Brasil*. Ilustrada. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva – Editor, [19—], v. 1.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. Ilustrada. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguiar – Editor, [19—], v. 6.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. 12. ed. rev. atual. por Hélio Vianna. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

RODRIGUES, André Figueiredo. *O Clero e a conjuração mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

\_\_\_\_\_. O clero conjurado mineiro na historiografia brasileira. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 1998, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: ANPUH-MG, 1998. p. 404-405.

SANTOS, Lúcio José dos. *A inconfidência mineira: papel de Tiradentes na inconfidência mineira*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da conjuração mineira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2 v. (Biblioteca Popular Brasileira, 26).

SOUZA, Laura de Mello e. Os ricos, os pobres e a revolta nas Minas do século XVIII (1707-1789). *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2/3, p. 31-36, maio/dez. 1989.

TRINDADE, Raimundo. *Arquidiocese de Mariana*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. 2 v.